



## O TRABALHO INFANTIL POR MEIO DAS MEMÓRIAS DAS FEIRANTES DA CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Glenda Felix Oliveira<sup>1</sup>  
João Diogenes Ferreira dos Santos<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é uma realidade para várias crianças e adolescentes. Não é possível afirmar que o trabalho infantil exista em decorrência da ausência de legislação proibitiva, visto que o Brasil é um dos países mais avançados do mundo em termos de legislação protetiva da criança e do adolescente. Também não é possível afirmar que o trabalho infantil exista apenas em decorrência de fatores econômicos. Torres (2011) chama a atenção para a existência da “cultura do trabalho”, que foi constituída através de ideias incutidas no imaginário social ao longo das sociedades capitalistas. Para Rizzini (2013), a sociedade vê o trabalho das crianças e adolescentes das classes populares como instrumento capaz de afastá-los das ruas, a “escola do trabalho” seria a verdadeira “escola da vida”.

Amparado pela construção de uma memória de que as crianças e adolescentes das classes populares têm que trabalhar, o trabalho infantil acontece bem diante dos olhos da sociedade. Como é o caso das crianças e dos adolescentes que em plena luz do dia fazem carretos, vendem e/ou descarregam frutas, verduras e hortaliças nas feiras livres de todo o país, inclusive nas feiras livres da cidade de Vitória da Conquista-BA.

Ao frequentar a feira da CEASA na condição de consumidora, o trabalho de tantas crianças e de adolescentes ao lado de tantas feirantes fez despertar o interesse da pesquisadora sobre a vida daquelas mulheres, sobre o seu percurso até a feira, sobre suas memórias. Interesse em saber se elas também foram trabalhadoras na infância (o ontem) e o que acham sobre as crianças e adolescentes que atualmente trabalham na CEASA (o hoje). Assim, surgiu o seguinte questionamento que norteou a pesquisa: a partir das suas vivências, quais são as memórias das feirantes da CEASA em relação ao trabalho infantil?

1 Advogada (UNIVALE), professora (FTC), mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: glendafelixadv@hotmail.com

2 Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da (UESB). Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Endereço eletrônico: jdiogenes69@gmail.com



O trabalho teve como objetivo geral compreender quais são as memórias que as feirantes da CEASA possuem a respeito do trabalho infantil. De forma específica, objetivou-se pesquisar como as memórias sobre o trabalho foram formadas na sociedade; traçar um panorama sobre a trajetória do trabalho infantil no Brasil; e conhecer as percepções das feirantes da CEASA sobre o trabalho infantil hoje.

## METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos almejados com a pesquisa, se fez necessário definir a metodologia, lembrando que a metodologia é “a disciplina que nos informa sobre a lógica de proceder-se à investigação científica” (ALEXANDRE, 2009, p. 37). Dessa forma, os métodos escolhidos para a pesquisa foram o histórico e o indutivo.

O método histórico foi escolhido porque não é possível desprezar as contribuições dos acontecimentos do passado para a construção das memórias das feirantes. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2003) destacam a importância do método histórico para a compreensão das relações sociais no presente, já que as atuais formas de vida em sociedade, as instituições e os costumes originaram-se no passado.

Quanto à escolha do método indutivo, justificou-se porque “partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 86)”. Assim sendo, com o método indutivo, a partir da amostra do estudo tornou possível apresentar conclusões mais amplas sobre as memórias das feirantes.

A opção foi pela abordagem qualitativa, que é própria das ciências humanas, envolvendo a “coleta e análise de uma *qualidade* da realidade” (ALEXANDRE, 2009, p. 95). Os procedimentos técnicos utilizados para a pesquisa foram a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) associada à pesquisa de campo. Na pesquisa de campo, além da observação direta, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

Os sujeitos da pesquisa foram 10 mulheres feirantes que trabalham nas bancas do setor de hortifrúti. O período da pesquisa de campo foi compreendido entre dezembro de 2015 a junho de 2016.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os 10 feirantes sujeitos da pesquisa possuíam idades compreendidas entre 29 e 80 anos de idade, sendo oito delas casadas, uma separada e uma viúva. Todas com filhos. Duas delas com 3 filhos, quatro com 5 filhos, uma com 6 filhos, duas com 7 filhos e uma com 10 filhos. Nenhuma das feirantes concluiu o ensino fundamental e uma delas nem mesmo chegou a estudar.

Todas as feirantes entrevistadas disseram que começaram a trabalhar com menos de 9 anos de idade. Relataram que cabia a elas desde pequenas os trabalhos domésticos e o cuidado com os irmãos mais novos. Mesmo quando não eram as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com os irmãos, ajudavam a mãe ou outras irmãs nessas tarefas. Essa distribuição de afazeres revela uma desigualdade de gênero, que tira das meninas parte da sua infância quanto ao direito de brincar, de estudar e de não assumir responsabilidades no lugar dos adultos (FNPETI, 2015).

Ao relatarem sobre a sua infância, cada uma das entrevistadas falou separadamente das atividades domésticas e do trabalho na roça ou na feira, como se fossem atividades completamente distintas, como se as atividades domésticas não fossem trabalho também. Esses relatos servem para dar embasamento ao fato de que, embora os dados oficiais apontem que o número de meninos que trabalham seja superior ao número de meninas, isso não significa que elas trabalhem menos, apenas demonstra que as atividades domésticas para a própria família não costumam ser computadas como trabalho.

A atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais, de acordo com o sexo, é fruto de uma construção sócio histórica, que possui um caráter econômico de classe relativo à exploração e opressão da mulher, que serve de suporte para a construção das diferenças de gênero, separando o modo masculino e o modo feminino como se não fossem construções sociais, mas naturalidades do ser (CISNE, 2015).

De acordo com Kassouf (2007), praticamente todos os estudos sobre as causas do trabalho infantil, que incluíram como variável exógena o sexo do responsável pela família, concluíram que crianças de família chefiada por mulher têm maior probabilidade de trabalhar. Não é que a mulher chefe de família seja a “culpada” ou a “responsável” pela prática ou pelo aumento do trabalho infantil, os dados oficiais apenas ressaltam que as diferenças de gênero tornam o ato de chefiar uma família mais difícil para a mulher, seja pela desigualdade do mercado de trabalho, seja pela desigualdade na remuneração ou pelo grau de responsabilidade assumido em relação aos cuidados com a casa e com os filhos. Afinal de contas ela está sujeita a menos oportunidades de empregos, com salários



menores, o que pode impulsionar a entrada dos seus filhos no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família.

Ao serem perguntadas por que começaram a trabalhar ainda enquanto crianças, várias feirantes disseram que era pra ajudar a mãe. Ao responderem sobre o porquê de terem ido trabalhar na feira, várias entrevistadas falaram da continuidade do que já era feito por suas mães e por suas avós. Falaram também sobre a falta de oportunidades em outros setores.

Mesmo que as funções desempenhadas na feira pelas mulheres não sejam valorizadas por grande parte da sociedade, já que podem ser vistas como tarefas para as quais não é necessário força física, estudo ou qualificação (seriam uma extensão das tarefas domésticas), as entrevistadas têm orgulho do seu trabalho na feira e reconhecem a importância desse trabalho.

Quanto aos trabalhos realizados na feira pelas crianças e adolescentes, eles se compatibilizam com os de fácil aceitação, já que acontecem no meio urbano, estão inseridos no comércio informal e incluem serviços de entrega (RIZZINI, 2013). Embora sejam de fácil aceitação, o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho, classificou a atividade de carga e descarga em feira livre como insalubre, apontando a existência de vários riscos ocupacionais e repercussões à saúde.

“Bicos”, “diversão” e “ajuda” foram eufemismos utilizados pelas feirantes para expressar a naturalização do trabalho dessas crianças e adolescentes na feira, incluindo a naturalização do trabalho das crianças da própria família. Pois, “nem sempre a família tem distanciamento crítico suficiente para ver a atividade da criança como ‘trabalho’” (RIZZINI, 2013, p. 385).

A maioria das entrevistadas também fez menção ao fato de que “filho de pobre tem que trabalhar”. Isso pode ser explicado pelo fato de que as memórias também estão apoiadas em tradições e valores de uma sociedade, que distinguem a criança pobre da criança rica. “É o princípio das distinções sociais entre classes e grupos sociais que ajuda a hierarquizar e a classificar as crianças desde cedo como aptas ou não aptas ao mundo do trabalho” (TORRES, 2011, p. 74).

Embora as questões financeiras sejam uma das principais justificativas para o trabalho infantil, “há outros motivos, além da pobreza, que levam os adolescentes [e crianças] ao trabalho” (RIZZINI, 2013, p. 387). Outras tantas questões também se apresentam como justificativa nas falas das feirantes para o trabalho infantil, tais como ser o trabalho um mecanismo disciplinador e formador de caráter.



## CONCLUSÕES

As memórias das feirantes da CEASA demonstram a naturalização do trabalho infantil. Elas nem sempre percebem determinadas atividades como trabalho, as domésticas, por exemplo, e diante da “simplicidade” das atividades da feira veem o trabalho de crianças e adolescentes como “bicos” ou “ajuda”. Isso porque o trabalho precoce na sociedade capitalista é entendido pelas famílias como uma necessidade.

Mesmo quando as atividades das crianças e adolescentes na feira são percebidas como trabalho, é um trabalho aceitável. Essa aceitação decorre de justificativas variadas como a necessidade de complementação da renda familiar; o fato de trabalharem em família ou em prol da família; a vinculação do trabalho à construção do caráter. O trabalho infantil também é percebido como aprendizado, capaz de trazer ensinamentos que nem mesmo a escola pode suprir: O aprendizado da vida.

Por detrás do trabalho na infância também existe a perspectiva dos pais em relação ao futuro dos seus filhos. Acrença que se tornarão adultos trabalhadores, capazes de sustentar a si e a uma família e que encontrarão um lugar na sociedade.

**Palavras-chave:** Memórias. Trabalho infantil. Gênero.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica e educação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Presses Universitaires de France, 1977.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Impressões, 2015.

FNPETI. **Trabalho Infantil e Trabalho Infantil Doméstico no Brasil**. Brasília, 2015.  
Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/trabalho\\_](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/trabalho_)



infantil/trabalho\_infantil\_no\_brasil\_fnpeti\_2015.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 1-28, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512007000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005)>. Acesso em: 04 out. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 376-406.

TORRES, Maria Adriana. **Trabalho infantil**: trabalho e direitos. Maceió: EDUFAL, 2011.